

COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000

v. 19, n. 2, p. 222-240, jul.-dez. 2024

Atores sem voz encenam no espaço midiático: a revolta dos operários da construção civil

Actores sin voz escenifican en el espacio mediático: la revuelta de los trabajadores de la construcción

Voiceless actors stage in the media space: the revolt of construction workers

Cândida Emília Borges LEMOS

Doutora em História pela Universidade do Porto/Portugal

E-mail: candidaemiliabl@gmail.com

Enviado em: 02 set. 2024

Aceito em: 03 dez. 2024

RESUMO

Este artigo aborda a cobertura midiática à greve dos operários da construção civil, que ocorreu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em finais de julho e início do mês de agosto de 1979, no arcabouço de movimentos trabalhistas que emergiram naquela época por melhores condições de trabalho e de vida, quando a Ditadura Militar (1964-1985) estava encurralada pela sociedade civil que se organizava em prol de direitos civis e sociais. A imprensa, como parte da esfera pública, abriu manchete para contar aqueles fatos tão emblemáticos na história contemporânea brasileira, que ficaram conhecidos como “a revolta dos peões”. Como construiu suas notícias? Com qual narrativa? Quais fontes jornalistas compuseram o discurso midiático? São perguntas que norteiam este artigo.

Palavras-chave: *Ditadura Militar; Movimento sindical; Imprensa; Narrativas Midiáticas; Construção da notícia; Fontes Jornalísticas.*

RESUMEN

Este artículo aborda la cobertura mediática de la huelga de los trabajadores de la construcción, que tuvo lugar en Belo Horizonte, Minas Gerais, a finales de julio y principios de agosto de 1979, en el marco de los movimientos obreros surgidos en ese momento por mejores condiciones de trabajo y la vida, cuando la Dictadura Militar (1964-1985) estaba acorralada por la sociedad civil que se organizaba a favor de los derechos civiles y sociales. La prensa, como parte de la esfera pública, abrió titulares para contar aquellos hechos tan emblemáticos en la historia brasileña contemporánea, que pasó a conocerse como “la revuelta de los obreros”. ¿Cómo construyó la noticia? ¿Con qué narrativa? ¿Qué fuentes periodísticas compusieron el discurso mediático? Estas son las preguntas que guían este artículo.

Palabras-clave: *Dictadura militar; movimiento sindical; Prensa; Narrativas de los medios; Construcción de la noticia, Fuentes periodísticas.*

ABSTRACT

This article addresses the media coverage of the construction workers' strike, which took place in Belo Horizonte, Minas Gerais, at the end of July and beginning of August 1979, within the framework of labor movements that emerged at that time for better working conditions and life, when the Military Dictatorship (1964-1985) was cornered by civil society that was organizing in favor of civil and social rights. The press, as part of the public sphere, opened headlines to tell about those facts that were so emblematic in contemporary Brazilian history, which became known as “the blue-collars revolt”. How did you build your news? Which narrative? Which journalistic sources composed the media discourse? These are questions that guide this article.

Keywords: *Military Dictatorship; Trade Union Movement; Press; Media Narratives; Construction of the news; Journalistic sources,*

Introdução

A efervescência social da segunda metade da década de 1970 no Brasil redundou em centenas de greves de trabalhadores de várias categorias que mobilizaram vários perfis profissionais. O período da Ditadura (1964-1985) estrangulou sobremaneira o movimento sindical, entretanto, os sindicatos não foram fechados, pois “estes continuaram a executar as rotinas previstas na legislação trabalhista” (Almeida, 1983, p. 200), tais como participava dos acordos anuais coletivos, que no fundo homologavam os índices de reajustes de salários ditados pelo governo. Ao mesmo tempo, os sindicatos “ocupavam-se da gestão de serviços assistenciais vários” (Almeida, 1983, p. 201).

O novo sindicalismo brotou em cidades operárias da Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo, em São Bernardo do Campo, em setores metalúrgicos e metalomecânicos. De lá, espalhou-se para categorias diversas, inclusive de segmentos da classe média, como professores e bancários. Em 1978, o movimento ainda se concentrava na indústria automobilística e metalomecânica, com mais de 70% dos que paralisaram o trabalho daquele ano. A Ditadura Militar perdia fôlego e estava a sete anos de seu término em 1985. As greves intensificaram no país no ano seguinte, quando houve 224 paralisações pelo país: 61 de trabalhadores industriais, 15 na construção civil, 52 em setores de serviços, 66 em categorias da classe média e 300 em setores não assalariados, como taxistas, caminhoneiros (Almeida, 1983, p. 204).

Uma das greves mais emblemáticas do período foi a dos operários da construção civil, na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil, em finais de julho e início de agosto de 1979. Houve uma forte repressão ao movimento, o que levou à morte do motorista Orocílio Martins Gonçalves, quando os grevistas tentavam realizar uma assembleia. Vários ficaram feridos.

Este artigo aborda a cobertura midiática dispensada à greve dos operários da construção civil de 1979, com a análise dos jornais: *Diário da Tarde (DT)*, de circulação na Região Metropolitana de Belo Horizonte, do grupo Diários Associados; *Jornal do Brasil (JB)*, de circulação nacional; e da revista *Istoé*, a semanária com sede em São Paulo e de abrangência nacional.

Malas prontas

Quando assumiu o poder, o general João Baptista Figueiredo (1979-1985) encontra o Brasil fervilhando de lutas sociais. Os empresários, ávidos por participarem das decisões, os trabalhadores falavam em criar uma central única de representação ao nível nacional, a anistia era iminente, a crise econômica assolava o país e os contrastes regionais estavam cada vez mais acentuados, após anos de fechamento. Era maio de 1979.

As greves foram duramente reprimidas, mas a repressão apenas era intensificada após os Tribunais do Trabalho julgar a ilegalidade do movimento, o que quase sempre ocorria. Uma das poucas exceções foi a greve da construção civil de BH que foi julgada como legal, numa surpreendente decisão.

Do ponto de vista da cultura, em início de 77 é lançado o Manifesto dos Intelectuais, enviado ao então Ministro da Justiça Armando Falcão, pedindo o fim da censura. O livro de José Louzeiro, editado pela Civilização Brasileira, havia sido proibido em todo território nacional, intitulado *Araceli, meu amor; Zero*, de Inácio de Loyola Brandão, foi liberado para publicação em julho de 1975, nada menos que um ano depois que havia sido proibido e condenado de acordo com o Decreto Lei nº 1077. *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, quando alcançava sua 10ª edição, foi proibido.

Desde 1978 havia sido extinta a censura prévia à imprensa, mas, cada vez mais forte, despontava outro fenômeno: à proporção que diminuía a censura política, aumentava a censura econômica. “Na medida em que as empresas jornalísticas se tornaram complexos industriais, com interesses econômicos elevados a manter, alargaram o nível de comprometimento da liberdade de imprensa” (Pereira, 1983, p. 12).

Também as prisões políticas encerram seu ciclo, mas o aparelho repressivo estendia suas garras para o indivíduo que trafegava pelas ruas. Minorias sexuais, menores, prostitutas e negros eram alvos da repressão. Os conflitos urbanos aceleraram-se. Nas grandes cidades, nas periferias, houve invasões de terrenos e também despejos de moradores. A polícia sempre intervinha nos movimentos. Já no norte do país, posseiros, meeiros, arrendatários, latifundiários e grileiros não se entendiam; a violência armada foi o caminho trilhado pelas partes envolvidas nos conflitos da terra.

Os exilados e banidos, a maioria na Europa, arrumavam as malas. Com a anistia ou sem anistia, pretendiam voltar ao país. Nos presídios, os presos políticos faziam greves de

fome. Os considerados “terroristas” pelo governo já não eram mais vistos como uma ameaça ao país. Pelo contrário, a existência de presos políticos apenas contribuía para comprometer a imagem da Ditadura no exterior e desgastá-la internamente. Grupos direitistas radicais continuavam com atentados a bomba, dirigidos a entidade, como Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa, e pessoas ligadas aos movimentos de oposição.

O projeto governista da anistia foi enviado ao Congresso em agosto de 1979. Porém, a anistia governamental não foi ampla, nem geral, nem irrestrita. Quinze deputados da Arena, partido do governo, votaram juntamente com os 186 do MDB a favor do substitutivo do Deputado Djalma Marinho que previa a ampliação da Lei da Anistia. Mas o projeto fatalmente foi derrotado no Senado, pois ali, o governo tinha maioria.

Bancas de jornais

Em traços gerais, *Istoé* chegava com prestígio às bancas de jornais, apesar do desconhecido grupo responsável pela publicação: Encontro Editorial Ltda. À época, a Editora Três, hoje proprietária da revista, era apenas responsável pela publicidade de *Istoé*. Na *Carta ao Leitor* da primeira edição da nova revista, o jornalista Mino Carta esclarecia a razão do título da publicação: “Isto é: espera aí, que a gente explica, troca em miúdos”, esclarece. Ele valorizava a equipe de redatores, formada por “jornalistas que me acompanham nas minhas andanças profissionais há muito tempo”.

O editorial esclarecera ainda, embora não de forma explícita, algumas diferenças substanciais entre as duas revistas mais importantes do país. A revista *Veja*, do Grupo Abril, pautava-se por não assinar as reportagens de seus profissionais de imprensa e o texto era rigorosamente padronizado, que transparecia ao leitor que toda a revista fosse escrita por um único profissional. Claro que isto minava a criação e a publicização de estilos redacionais e, em última instância, levava a uma padronização ideológica nas mensagens. Em *Istoé* a maioria dos artigos era assinado, o que criava um diálogo na própria publicação, pois nem todos tinham a mesma visão sobre determinado tema.

Um dos sucessos da revista se creditava à presença semanal do cartunista Henfil, Henrique de Souza Filho. Parcelas expressivas da população brasileira, sobretudo aquelas alfabetizadas e com poder aquisitivo para comprar revistas e jornais regularmente se deliciavam com as singelas cartas que Henfil escrevia para sua mãe na revista *Istoé* seguidas de cartuns alusivos ao tema principal de cada uma das cartas. Com seu humor picante, Henfil

falava sobre os problemas do Brasil. Ironizava sobre a proibição de apresentação do balé soviético em solo brasileiro em 1982 e a censura a livros e filmes:

Fui olhar na gaveta pra conferir os impostos. Tá tudo pago e em dia! E aí pensei: será que andamos assistindo a certos filmes atentatórios como ‘Z’, ‘Último tango’? Ou será que andamos lendo certos livros como ‘Feliz Ano Novo’? Será, Deus do Céu, que alguém andou assistindo ao Bolshoi? Por tudo que é sagrado, mãe, ninguém no Brasil viu estes filmes, leu estes livros. Quero ver a senhora dura atrás da porta se eu vi o diabo do balé (Henfil, 1982, p. 63).

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, nasceu praticamente junto a república brasileira, em abril de 1891. Na ditadura militar, apoiou a abertura de Geisel (1974-1979). Segundo o jornal, o país estava “a caminho do restabelecimento do Estado de direito e em condições de reconstruir um padrão democrático” (Ferreira; Montalvão, 2024). Em agosto de 1979, quando se aprovou no Congresso o projeto da anistia, que permitiu o retorno dos exilados, a libertação dos presos políticos e a livre circulação daqueles que estavam na clandestinidade, o *JB* pontuou que o governo “assinalava um notável progresso no sentido da abertura democrática, ainda mais quando “devolvia à vida pública os principais adversários do regime militar, sem exclusão do sr. Luís Carlos Prestes, do ilegal Partido Comunista” (Ferreira; Montalvão, 2013, *online*, parágrafo 84).

O *Diário da Tarde (DT)*, vespertino do grupo de mídia Diários Associados, com característica mais popular que o *Estado de Minas*, o principal jornal dos Associados no estado. Como o *Estado de Minas* não circulava segunda-feira, então o *DT* tinha nesse dia as melhores vendas. Desde 31 de março de 1964, as publicações dos Diários Associados identificaram-se com a Ditadura, Especificamente sobre o grupo em Minas:

Sua maior afinidade, entretanto, manifestou-se em relação ao governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ao qual o jornal deu apoio irrestrito e considerou como o mais rico em realizações. Em contrapartida, fez algumas restrições ao desempenho do general Emílio Garrastazu Médici, o qual, no seu entender, não deu um tratamento adequado a Minas Gerais. Essas pequenas considerações críticas em nada prejudicaram o relacionamento do jornal com os governantes militares, representantes das forças armadas, apoiadas e prestigiadas como responsáveis pela ordem e a integridade do país (Ferreira, 2024, *online*, parágrafo 28).

As notícias são concebidas como narrativas, portanto, histórias noticiosas, “tanto como um elemento de trabalho que é uma ‘estória’ contínua da atividade humana, e como ‘estórias’ individuais que contribuem para essa estória contínua” (Bird; Dardene, 1995, p. 265). Surge a pertinente e inquietante questão levantada pelos autores: “De quem são as ‘estórias’ que se contam?” (Bird; Dardene, 1995, p. 273). Neste contexto, os personagens, que são as bases nas quais se edifica a ‘estória’ jornalística, são formatados na narrativa em categorias como herói, vilão, bom e mau. São verdades mitológicas que se apoiam nas convenções culturais existentes (Bird; Dardene, 1995).

Ao se tratar dos estudos sobre a imprensa, como a reportagem contou sua ‘estória’? Sobre o que falavam? De quem falavam? Quais vozes compuseram o discurso? Nesse enquadramento, o estudo das fontes jornalísticas e das vozes que compõem a comunicação jornalística é necessário. Na escolha das fontes, como observa Adriano Rodrigues, “é o próprio jornalista que solicita pessoas estranhas à profissão para dizer aquilo que ele queria dizer” (1995, p. 32).

No gênero jornalístico, a polifonia é recorrente. Ao leitor, fica a percepção do enunciado, na condição de discurso citante, e a fala de outras pessoas, que são os discursos citados. Como são dois acontecimentos enunciativos – o citado e o citante -, o relato transforma-se em uma enunciação sobre outra enunciação. Nas reportagens jornalísticas, observa-se a modalização em discurso segundo, de acordo com a qual o jornalista (enunciador) indica que não seria o responsável por um enunciado, pois se apoia em outro discurso. Nesta perspectiva, “encenam-se no interior do discurso do locutor perspectivas ou pontos de vista representados por enunciadores – reais e virtuais – diferentes, isto é, em que estes não precisam servir-se, necessariamente, de textos efetivamente existentes” (Koch, 2006. p.154).

Como o discurso jornalístico traz implícita a pluralidade de vozes, a polifonia, além da voz do próprio anunciador (o jornalista), ele convoca outras vozes para compor a sua narrativa. Como explica Dominique Maingueneau, “a maioria dos enunciados possui marcas que as ancoram diretamente na situação de enunciação” (2002, p. 25). E surgem as perguntas pertinentes à ação comunicativa: a quem, onde e quando o enunciado foi dito?

A partir da premissa de que o gênero jornalístico não é neutro, nem imune às ideologias e modos de pensar e agir, a estrutura narrativa e as fontes as quais dão suporte e

alavancam o texto, apresentam marcas que revelam pensamentos e opiniões. Nessa intervenção social por meio de palavras e textos, transparecem os personagens, ou seja, as pessoas selecionadas para falar, trata-se do discurso citante. Entre os atores escolhidos para compor a narrativa, há ainda os principais e os coadjuvantes, como conceitua Van Dijk (2005).

São manuseados os seguintes conceitos para o estudo das fontes utilizadas para a cobertura: Fontes primárias (base para o jornalista colher o essencial da reportagem, ao fornecerem o acontecimento e dados factuais); Fontes secundárias (consultadas para a preparação da pauta ou construção das premissas genéricas necessárias na construção da narrativa); Fontes documentais (origem da informação, especialmente para a investigação jornalística); Fontes oficiais (mantidas pelo Estado e suas instituições ou por empresas e organizações); Fontes oficiosas (reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas não estão autorizadas a falar em nome dela ou dele); Fontes independentes (desvinculadas de relações de poder ou interesse específico); Fonte testemunhal (envolvimento da emoção, que pode modificar a perspectiva. De acordo com o Lage, o testemunho mais confiável é o imediato); Fonte expert ou especialista (geralmente são fontes secundárias para a busca de versões ou interpretações de eventos) (Chaparro, 2009; Lage, 2005; Schmitiz, 2010). Uma fonte, por seu turno, poderá estar enquadrada em duas ou três categorias simultaneamente.

Quais vozes participaram da narrativa desses periódicos na cobertura da greve dos operários de 1979 em Minas Gerais? Esta é a pergunta básica que permeia este trabalho

Anônimos sem rosto

Era uma manhã de domingo de inverno. Dia 29 de julho. A assembleia que definiu pela greve se realizou no antigo estádio do Clube Atlético Mineiro, no bairro Santo Agostinho, Zona Sul da capital mineira. Francisco Pizarro presidia o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil desde 1967. Era um veterano do que se chamava no movimento sindical: um pelego. Denominação para aqueles que dirigiam entidades sindicais de trabalhadores, mas faziam o jogo patronal, perfil ao qual o novo sindicalismo tanto se contrapunha. “A negativa do sindicato dos empregadores em negociar e o crescimento da mobilização dos trabalhadores obrigaram o sindicato a convocar a assembleia”, conta Ceres Castro (1994, p. 308). Alguns falavam em 20 mil presentes; outros diziam que eram 10 mil;

outros tantos, 30 mil. O certo é que eram muitos e a decisão da greve na manhã de domingo surpreendeu Pizarro e o patronato.

A edição de segunda-feira, dia 30 de julho, do *Diário da Tarde*, informava a decisão tomada pelos trabalhadores da construção civil de paralisarem as atividades a partir daquela data: “Hoje, a partir das 10 h., eles vão se concentrar na Praça da Estação, em vigília cívica. De lá partirão em piquetes que serão organizados por bairros. Em BH e Contagem, os trabalhadores de construção civil são em número de 80 mil” (Trinta ..., 1979, p. 11).

A precariedade da organização do movimento dos trabalhadores da construção civil à época era nítida no desenrolar dos fatos. Da parte do poder público, a única providência tomada havia sido a de organizar a violenta repressão ao movimento. Nas primeiras horas da manhã, os grevistas chegavam às obras e tentavam convencer os colegas a aderirem ao movimento.

Na Praça da Estação, um dos pontos mais movimentados de Belo Horizonte, os operários chegavam. O Sindicato não preparou nenhuma estrutura para recebê-los. Não havia um roteiro para orientar o evento. Por outro lado, os poderes municipal e estadual também não estruturaram nada para uma concentração de milhares de pessoas no centro da cidade. Daí os primeiros atritos brotaram entre operários e motoristas de carros e ônibus que insistiam em trafegar onde a multidão se concentrava. Um taxi atropelou um manifestante. Eles revidaram.

Minutos depois, as tropas da Polícia Militar chegam e começam a lançar bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo. Batem nos grevistas com cassetes. Bombeiros jogam água na multidão na tentativa de dispersá-la. Pizarro, com um megafone, propôs que fossem para o estádio de futebol, distante cerca de quatro quilômetros da Praça da Estação. No deslocamento, vitrines de lojas são quebradas, carros apedrejados. A polícia intensifica a violência. Os conflitos se multiplicam. Começa a revolta dos peões.

Os milhares de anônimos que transitavam pelo centro de Belo Horizonte, de repente, tentavam apropriar-se do espaço urbano na condição de atores sociais, cidadãos, em última instância. Entretanto, o sinal estava fechado para os peões:

O que estava em jogo ali era o direito dos trabalhadores se manifestarem na cidade, pois mesmo que a versão do ‘não empréstimo do campo’ não tenha sido verdadeira, os incidentes revelam que as condições citadinas da

própria cidade – o fluxo de trânsito em especial - não lhes permitia realizar sua concentração no espaço urbano aberto (Castro, 1994, p. 320).

Entretanto, o estádio do Atlético, que era administrado pela Prefeitura Municipal, estava fechado. Enquanto alguns tentam arrombar o portão, a multidão ocupa a avenida Olegário Maciel. A polícia intensifica a repressão. De repente, ecoa um tiro seco de revólver. O motorista de trator Orocílio Martins Gonçalves, que nem grevista era, cai com a camisa clara manchada de sangue do tiro que levou no coração. Morreu lá mesmo, no asfalto, aos olhos de milhares, entre eles de repórteres e fotógrafos.

Naqueles dias, a cidade de Belo Horizonte parou. O transporte público da cidade quase não circulava. Grande parte dos jornais do país anunciava o que havia acontecido na capital mineira, sobretudo, a morte de um trabalhador onde se concentravam os grevistas. A anônima categoria profissional da construção civil queria condições mais dignas de trabalho.

As reuniões entre representantes dos operários e do sindicato patronal ocorrem na Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Grandes líderes sindicais voltavam os olhos para Belo Horizonte, entre eles, o então metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, que saiu de São Bernardo do Campo rumo a Minas para ajudar nas negociações que não progrediam. Ao mesmo tempo, organizações da sociedade civil se mobilizam em apoio aos operários: “Na sede do Sindicato dos Bancários, começa a ser organizado um comitê intersindical de apoio ao movimento dos trabalhadores da construção civil. Começam a surgir denúncias de infiltração no movimento” (Castro, 1994, p. 301).

Após quatro dias de greve e mobilizações de rua, a cidade voltava ao normal no dia 4 de agosto. O *Jornal do Brasil* anunciava “TRT MG atende operários e manda acabar com greve” (1979, agosto 3, p. 14). Por oito votos a dois, os magistrados votaram pela legalidade da greve e mandaram que fossem pagos dias parados. Boa parte das reivindicações trabalhistas foi conquistada: “O Juiz Gustavo Azevedo Branco argumentou: os patrões radicalizaram nas negociações e não fazia sentido exigir todo o ritual da greve legal, pois os operários mal sabem o é dissídio” (1979, agosto 3, p. 14).

Sem voz

Na ampla cobertura feita pelo *JB* ao movimento dos operários da construção civil, as fontes ouvidas foram, em sua grande maioria, as fontes oficiais. Os dois personagens mais ouvidos foram o governador de Minas Gerais, Francelino Pereira, e o Secretário de Segurança do estado, Coronel Amando Amaral. Na longa lista das fontes oficiais, ouviu-se também o Comandante da PM, Coronel Whelter Vieira; o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo; o Delegado da DRT-MG, Onésio Viana; o assessor de imprensa da Secretaria de Segurança, Aécio Chaves; o chefe do policiamento da capital da PM, José Soares Fraga; o Juiz do Trabalho Gustavo Branco, responsável pelo dissídio da categoria grevista na DRT. Ainda entre as fontes oficiais, está parte do pronunciamento do presidente da República, João Baptista Figueiredo sobre a greve (1979-1985).

Em menor escala, foi ouvido o lado patronal da construção civil, com as palavras do presidente do sindicato dos empreiteiros, Maurício Roscoe, apenas uma vez; e de um diretor desta entidade Ítalo Gaetani, também uma citação. Na qualidade de fonte de especialista, é encontrada a voz do perito militar responsável por averiguar o tiro que matou Orocílio, Augusto dos Santos.

O sindicalista Luís Inácio Lula da Silva foi ouvido várias vezes quando esteve em Minas para prestar solidariedade dos grevistas. Sua voz se coloca com fonte independente. Na mesma direção, o trecho da nota assinada por diversas entidades da sociedade civil se situa também como fonte independente.

E as vozes dos atores principais? O presidente do Sindicato foi ouvido algumas vezes. Entretanto, ele era, no mínimo, um controverso representante dos grevistas. Um bom exemplo disso ocorreu na assembleia que decidiu pelo fim da greve, dia 3 de agosto, quando ele foi apedrejado pelos trabalhadores (*Operários...*, 1979, p. 1). Um grevista foi ouvido sobre a morte de Orocílio. Disse que outro trabalhador havia sido morto pela polícia. Mas nada foi confirmado, portanto, uma fonte oficiosa, pois tudo não passou de boato. Os outros, milhares que compuseram o cenário da cidade? Aparecem em coro quando gritam e apedrejam Pizarro: “Cadê o pelego?”, “Traidor dos trabalhadores!” (*Operários...*, 1979, p. 1). No mais, sem voz. Foram os excluídos do coro de vozes.

Sobre a concentração dos grevistas no centro da cidade, na manhã da segunda-feira, o *Diário da Tarde* coloca os policiais quase como indefesos perante a massa dos grevistas, a leitura poderia até sugerir que os policiais estavam desprovidos do aparato usado para reprimir por anos a fio os movimentos sociais na cidade, como bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, cassetetes e outros. São colocados até como vítimas:

Armados de pedras e paus, eles atacavam os militares que revidavam, mas permaneciam agrupados, já que o número de operários era muito grande, e as violências poderiam ser imprevisíveis. O presidente da Classe, Francisco Pizarro, fazendo uso do megafone, tentava acalmar os operários, sem resultado. Essa situação durou aproximadamente até as 10h40min., quando uma comissão de manifestantes procurou o comando da PM e disse que todos estavam dispostos a sair da Praça da Estação desde que o presidente do Sindicato saísse do local em carro aberto (Tumulto... 1979, p. 8).

Sobre esse mesmo dia, o título escolhido pelo *JB*, *Operários de obras e PM lutam em Belo Horizonte* (1979, p.8). Ou seja, aos olhos do *JB*, os operários grevistas e o aparato policial estavam no mesmo nível de forças. E assim abre a reportagem:

Conflitos entre milhares de operários da construção civil e policiais pararam, durante todo o dia de ontem, o centro da cidade. Um operário foi morto a tiros de arma militar e houve inúmeros feridos, entre trabalhadores, policiais e soldados do Corpo de Bombeiros. Até o final da tarde, grupos continuavam depredando carros, ônibus e vitrinas em vários pontos do centro (1979, p.8).

Na hierarquização dos fatos, com o abastado material colhido pelos repórteres, a morte do trabalhador Orocílio não foi a manchete daquela edição, pois esta notícia entra na retranca da reportagem principal, com o título “Tiro mata tratorista”. Ainda sobre a morte, há uma entrevista do governador Francelino Pereira para quem a causa da morte provavelmente teria sido por “pedrada jogada por outro grevista”. Não há outro lado desta versão, mas a reportagem enfatiza que o crime seria investigado.

O *Diário da Tarde* incluiu parlamentares da oposição entre suas fontes, o que deu certa pluralidade à cobertura. Entrevistou o Deputado Edgard Amorim, do MDB de Minas, em que ele claramente se posiciona a favor do movimento grevista (Oposicionista..., 1979, p. 3): “A violência não interessa ao movimento operário e o comum é que as forças da direita se aproveitem para provocar na tomada de posição da população contra os movimentos de reivindicação trabalhista”.

A revista *Istoé*, por sua vez, na tentativa de criar um contexto social para explicar aqueles dias na capital mineira, desenvolve um texto descritivo que enfoca as posturas da população frente aos pedreiros no cenário urbano por onde andavam:

No trajeto até o estádio, atravessando toda a cidade, completamente descontrolados, sem um comando de nenhum tipo de liderança, e acompanhados e fustigados pelos cavalarianos, os operários viraram

carros, quebraram vidraças de lojas. À medida que avançavam aos gritos de ‘oito mil, oito mil’, o comércio ia fechando as portas. No começo, a movimentação contou com certo apoio da população. Do alto dos edifícios, pessoas vaiavam a polícia e jogava papel-picado. Depois substituíram papel por objetos variados atirados sobre os grevistas, especialmente cubos de gelo e sacos de plástico cheios de água... O terror belo-horizontino aumentou quando as rádios passaram a anunciar que os grevistas estavam saqueando o centro (Explosão... 1979, p. 5).

Figura 1: O diálogo entre a foto e o título procura dar voz aos grevistas



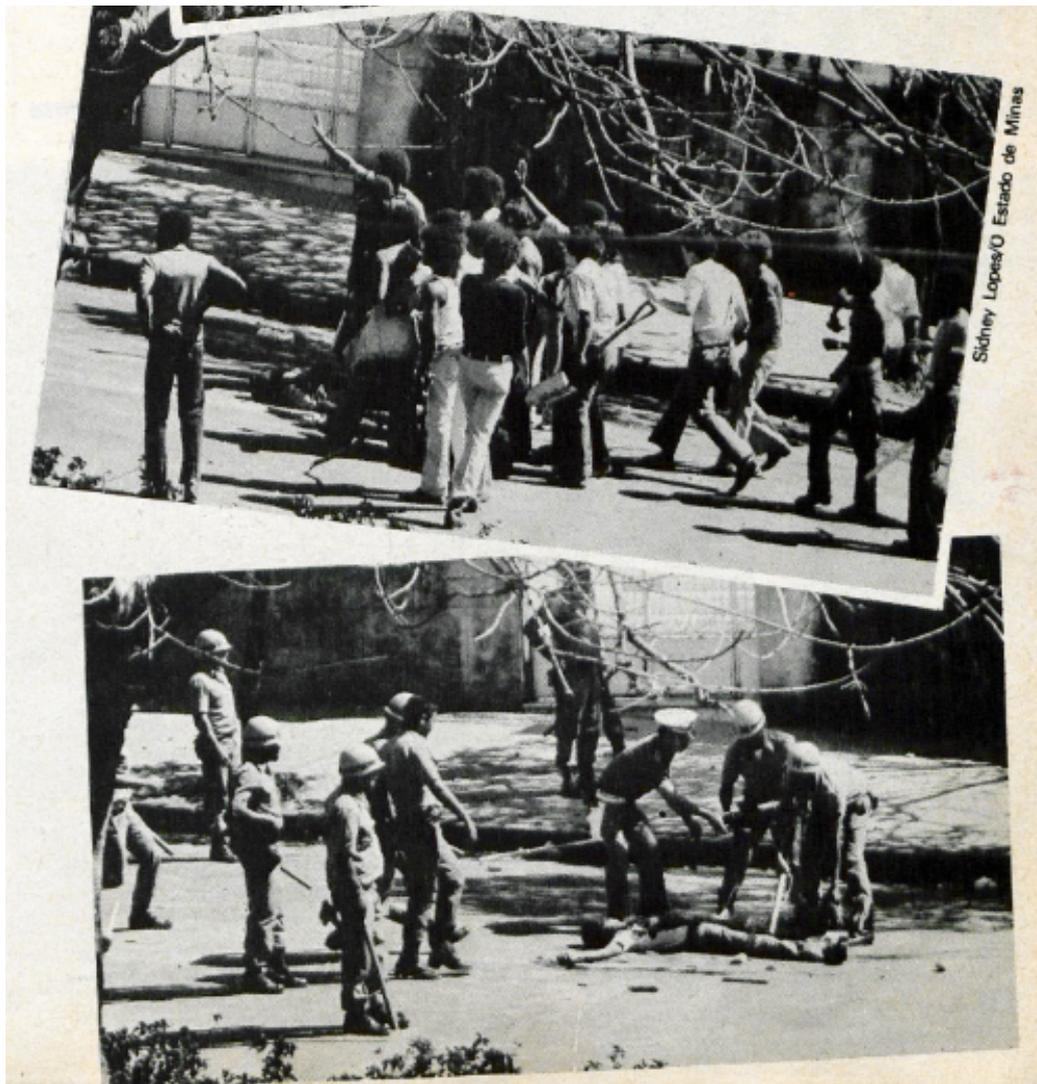
Istoé, 1979, 8 agosto, capa.

Nas frases expostas nos cartazes da capa da revista, tem os seguintes dizeres “Intervenção da polícia PM mata trabalhadores” e “Queremos acabar com a fome”, “Pião não...”. O enquadramento da foto, de autoria de Hélio Cardoso Melo, não permite ler o restante dos dizeres de um deles localizado em primeiro plano à direita. A foto humaniza os grevistas, que passam a ter rostos. A decisão editorial da revista, ao colocar uma foto em que estão os cartazes empunhados pelos grevistas, procura dar voz a eles. O título “Por que Minas pega fogo” leva ao leitor a reflexão sobre a greve dos operários em um contexto mais amplo da luta dos trabalhadores.

A lente do fotógrafo Sidney Lopes captou as cenas que se seguiram à morte de Oroclício. As duas fotos foram publicadas na revista *Istoé*. Na primeira, há um grupo de operários. Dois deles, com os braços esquerdos ao alto e mão aberta, parecem que gritam

que alguém havia sido atingido e pedem que a polícia pare de atirar. Na segunda foto, os policiais observam o corpo caído no asfalto. Braços abertos e a camisa empapada de sangue. Um policial toca o cassetete na perna do Orocílio, como se conferisse se estaria ou não morto.

Figura 2: O corpo estendido no chão com os braços abertos



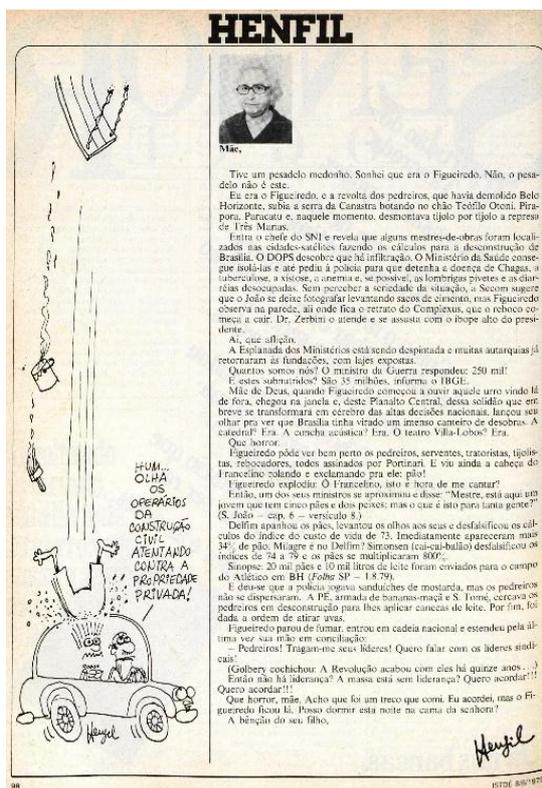
Lopes, 1979, 8 agosto, p. 5.

Nesta edição de *Istoé*, o cartunista Henfil, através de sua arte, acessa o discurso implícito de ironia à Ditadura, com um cartum de um de seus personagens mais populares, o Ubaldo, onde ele está caindo dentro de um carro, e o motorista solta os seguintes dizeres: “HUM... olha os operários da construção civil atentando contra a propriedade privada!” (Henfil, 1979, p.82).

Na Carta à Mãe, Henfil usa metáforas para denunciar as desigualdades sociais, a pobreza exacerbada, o arrocho salarial como pano de fundo, para focar na revolta dos operários em Minas. Entre as metáforas usadas, estão a própria Bíblia, na épica parábola de Jesus e o milagre da multiplicação dos peixes; e a célebre tela expressionista do pintor Cândido Portinari, *Os Retirantes*, de 1944, em que retrata uma família que migra de uma região a outra em busca de melhores condições de vida: “Mãe, sonhei que era o presidente Figueiredo e a revolta dos pedreiros!”:

Figueiredo pôde ver bem perto os pedreiros, serventes, tratoristas, tijoleiros, rebocadores, todos assinados por Portinari. E viu ainda a cabeça do Francelino rolando e exclamando para ele: pão!... Então um dos seus ministros se aproximou e disse: ‘mestre, está aqui um jovem que tem cinco pães e dois peixes, mas o que é isto para tanta gente?’ (Henfil, 1979, p.82).

Figura 3: A multiplicação dos peixes e a pobreza exacerbada



Henfil, 1979, 8 agosto, p.82.

Entre os enfoques da imprensa à greve dos pedreiros, a vinda dos sindicalistas de São Paulo destacou-se, inclusive com chamada na primeira página dos jornais. Na página interna, seção Nacional, o *JB*, por exemplo, colocou o título: “Lula controla operários da construção civil” (1979, p. 24). Dizia o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo: “Tem gente lá fora com interesse de provocar baderna. Mas vocês estejam certos

e que está perto o dia da vitória”. No geral, a imprensa legitimou a presença de Lula e de outros sindicalistas na mediação entre patrões e empresas da construção civil.

O desfecho da greve também foi marcado por desavenças nas bases dos operários. Realizada no campo futebol, a assembleia em que foi apresentada a decisão do Tribunal Regional do Trabalho que reconhecia a legalidade da greve e atendia vários pontos das reivindicações da categoria terminou em briga. Até mesmo os jornalistas que cobriam a assembleia, da arquibancada do antigo estádio, foram atingidos por algumas pedras arremessadas sem direção pelos grevistas.

Divididos entre as propostas de fim ou não do movimento grevista, os operários se desentenderam. O presidente Pizarro, não conseguiu tranquilizar os presentes. Os dois grupos se enfrentaram. Alguns feridos, inclusive Pizarro.

As cenas no campo de futebol assim foram narradas pelo *DT*:

Tumulto, agressões, correrias, cenas de violência despropositada marcaram, mais uma vez, o movimento grevista dos operários da construção civil. Apesar dos apelos dos mais moderados, a violência foi a tônica da assembleia, iniciada às 14 horas, para homologar a decisão proferida anteontem no dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho (*Confusão... 1979, p.8*).

Ao *DT*, “a cena não foi digna do nível de civilização da cidade e deixou em má situação a classe que reivindicava, com simpatia popular, melhores condições de vida” (*Confusão... 1979, p.8*).

O *JB* creditava à condução inadequada de Pizarro a origem dos conflitos:

A inabilidade do presidente do Sindicato, Francisco Pizarro, provocou diversos conflitos, quando os trabalhadores, por várias jogaram vezes, jogaram pedras uns nos outros. Só a intervenção do professor Tarcísio Ferreira aposentado pelo AI -5, que passou a conduzir a assembleia, evitou tumultos com consequência mais séria. Da assembleia participaram cerca de 8 mil grevistas (*Operários...1979, p. 14*).

O jornal noticiava que cerca de 2 mil policiais ocupou o centro da cidade para conter os grevistas, caso fossem para lá. As ruas da capital mineira estavam desertas. O comércio fechado. Algumas prisões ocorreram (*Operários...1979, p. 14*).

Considerações finais

Até o desfecho, a greve dos pedreiros mostrava a face sombria de um sistema excludente, que desconhecia direitos. A cidadania era uma palavra fora do vocabulário. Desconhecida de todos. A força era a lei. O diálogo era uma ficção. O preconceito social em relação aos grevistas falou mais alto naqueles dias que abalaram a capital mineira. À medida que os pedreiros percebiam a rejeição a eles, a violência crescia no movimento e eles não se entendiam. Sem voz, perdidos por entre edifícios e casas que eles próprios ergueram, eram os peões. A massa que não tinha voz nem rosto.

Denota-se que a cobertura nos veículos de comunicação apresentados neste artigo, passa por mutações dia a dia da greve. A rejeição total, no primeiro dia, expressas em palavras como “baderna”, “vandalismo” para qualificar os operários, cede. Já no último dia da greve, percebe-se que há outro olhar para aquela gente que até então só aparecia nas páginas de jornal na Seção de Polícia. Ela a primeira vez que era notícia na Seção Nacional dos periódicos. Para os jornalistas, isto também era uma novidade e um aprendizado. Um país que ainda aprenderia sobre cidadania e Direitos Humanos. A democracia ainda era uma miragem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H.. O sindicalismo entre a conservação e a mudança. *In*: Almeida, M. H & Sorg B. (orgs), **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1983, p. 191-214.

BIRD, Elizabeth; DARDENE, Robert. Mito, registro, ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. Tradução: Luís Manuel Dionísio. *In*: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega, 1995. p. 263-277.

CASTRO, M. Ceres. **Longe é um lugar que não existe mais**: um estudo sobre as relações entre comunicação, sociabilidade e política em Belo Horizonte, nos anos 70. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

CHAPARRO, M. C. Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes. **O xis da questão**, Blog do Professor Chaparro, 2009. Disponível em: oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=377. Acesso em: 2 set. 2024.

CONFUSÃO, tumulto e pedradas durante a assembleia. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 4 ago. 1979. Acervo Biblioteca Luiz de Bessa, Belo Horizonte.

EXPLOSÃO em Minas: greve e 'força selvagem' (1979). **IstoÉ**. São Paulo, 8 ago. 1979. Acervo Biblioteca Luiz de Bessa, Belo Horizonte.

FERREIRA, M. de M.; Montalvão, Sérgio. *Jornal do Brasil*. In: **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Cpdoc 2013. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 2 set. 2024.

FERREIRA, M. M. Estado de Minas. In: **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Cpdoc, 2024. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-minas-o>. Acesso em: 2 set. 2024.

HENFIL. Carta à mãe. . **IstoÉ**. 137. São Paulo, 8 ago. 2024. Acervo Biblioteca Pública Luís de Bessa, Belo Horizonte.

HENFIL. Muito riso, muito siso. **IstoÉ**. 285. São Paulo, 9 jun. 1982. Acervo Biblioteca Luiz de Bessa, Belo Horizonte.

KOCK, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Record, 2005. , 8 ago. 1979

LOPES, S. **IstoÉ/Estado de Minas**, 2 fotografias p&b. São Paulo, 8 ago. 1979. Biblioteca Pública Luís de Bessa. Belo Horizonte.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: Cecília P. de Souza e Silva. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

OPERÁRIOS de obras e PM lutam em Belo Horizonte. (1979, julho 31). **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 jul.1979. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?id=Blw0AAAAIIBAJ&sjid=hAwEAAAAIIBAJ&hl=pt-BR&pg=7041%2C5399817>. Acesso em: 2 set. 2024.

OPERÁRIOS decidem fim da greve numa batalha **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 4 ago. 1979. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?id=c8NOAAAAIIBAJ&sjid=fAwEAAAAIIBAJ&hl=pt-BR&pg=5339%2C936437>. Acesso em: 2 set. 2024.

OPOSICIONISTA diz que há infiltrações. **Diário da Tarde**. Acervo Biblioteca Luiz de Bessa, Belo Horizonte, 31 jul. 1979.

PEREIRA, R. Raimundo. O PDS agüenta outra? **Revista Senhor**. São Paulo, fev. 1983. Acervo Biblioteca Luiz de Bessa, Belo Horizonte.

RODRIGUES, D. Adriano. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1995. p. 27-33.

In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1995. p.

SCHMITZ. A. A. Classificação das fontes de notícias. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. Covilhã/Portugal, 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2023.

TRINTA mil decidiram parar construção a partir de hoje [1ª página]. **Diário da Tarde**, Caderno 1, Belo Horizonte, 30 jun. 1979. Acervo Biblioteca Luiz de Bessa, Belo Horizonte.

TRT MG atende operários e manda acabar com greve. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 3 ago. 1979. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?id=csNOAAAAIIBAJ&sjid=fAwEAAAAIIBAJ&hl=pt-BR&pg=6945%2C627324>. Acesso em: 2 set. 2024.

TUMULTO, correrias, incêndio e morte no 1º dia da greve da construção civil. **Diário da Tarde**. Belo Horizont, 31 jul. 1979. Acervo Biblioteca Luiz de Bessa, Belo Horizonte.

VAN DIJK, T. Poder e imprensa. In: Van Dijk, T. **Estudos na Análise Crítica do Discurso**. Tradução: Zara Pinto Coelho. Campo. Porto: Campo das Letras, 2005, p. 73-95.

BIOGRAFIA DA AUTORA

CÂNDIDA EMÍLIA BORGES LEMOS

Doutora em História Universidade do Porto/Portugal,
Mestre em Ciência Política (UFMG), Jornalista (PUC Minas).
Pesquisadora sobre História da Mídia e regimes
Autoritários. Diretora da Sutra Comunicação e Consultoria.

E-mail: candidaemiliabl@gmail.com